

Centro Paula Souza

ETEC de Poá

Técnico em Administração

A INSERÇÃO DE EX- PRESIDÁRIOS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: Dificuldades e Preconceitos

Alisson Jhonny Honorato da Silva*

Letícia Barbosa de Oliveira**

Moisés Alves das Neves Silva***

Nathiele Andrade dos Santos****

Resumo: O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 assegura que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, (...)”, mas essa igualdade não é totalmente refletida na reintegração de ex-presidiários ao mercado de trabalho. Em 2019, apenas 18,9% dos ex-detentos tinham emprego, e 12,6% estavam estudando. Muitas vezes, a falta de educação e o preconceito dificultam ainda mais essa reintegração. Organizações como a APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) trabalham para promover a ressocialização e apoiar os ex-presidiários, defendendo seus direitos ao trabalho e à educação. Em São Paulo, muitos ex-presidiários enfrentam dificuldades para encontrar emprego, apesar de suas qualificações. Como alternativa, muitos têm buscado ao Microempreendedor Individual (MEI) para formalizar seus próprios negócios, superar a discriminação e conquistar autonomia financeira.

Palavras-chave: Ex-presidiários; mercado de trabalho. Preconceito. Empreendedorismo. Condenados. Ressocialização. Direitos. Inclusão.

INTRODUÇÃO

A ressocialização de ex-detentos é um dos maiores desafios dos sistemas penais contemporâneos. A busca por um emprego é fundamental para a reconstrução de

suas vidas, mas a realidade é marcada por altas taxas de reincidência. Este trabalho¹ problematiza as razões por trás dessa dificuldade, analisando as políticas públicas, as práticas empresariais e as percepções sociais que influenciam a inserção profissional de ex-detentos.

Em um país onde, segundo dados, 75% da população carcerária não concluiu o ensino médio e menos de 1% tem um diploma universitário a dificuldade de encontrar um emprego digno se torna ainda maior. Além disso, muitos ex-detentos enfrentam o preconceito tanto em processos seletivos quanto nas interações cotidianas, o que intensifica ainda mais a imagem negativa de "ex-presidiários". A realidade descrita por egressos do sistema penitenciário mostra que, mesmo possuindo qualificações profissionais, não conseguem oportunidades de emprego, espelha a dura realidade que dificulta a real reintegração desses indivíduos à sociedade.

PRECONCEITOS ENFRENTADOS

Apenas 0,2% de pessoas que saíram da prisão e receberam a liberdade judicial conseguiram se recolocar no mercado de trabalho (SÃO PAULO, 2019). Onde representa um alto déficit de contratação.

No exercício de 2018, até o mês de novembro, foram inseridos, por ações das Centrais de Atenção ao Egresso e Família (CAEFs), 110 egressos no mercado de trabalho. Já pelo Decreto nº 55.126/2009, Pró Egresso, foram admitidos 174 egressos em obras e serviços contratados pela Administração Pública Estadual. (SÃO PAULO, 2019).

Dados esses que somam somente 284 libertados, que conseguiram entrar no mercado de trabalho, sendo um total de 107.913 ex-detentos – onde 99,8% dos não obtiveram da mesma oportunidade, e continuam na linha de desemprego (SÃO PAULO, 2019).

Sendo números expressivamente pequenos, levando em consideração a quantidade de presos. Pode-se dizer que o maior desafio enfrentado no próximo seletivo, é o racismo, estando enraizado na cultura brasileira, por décadas de colonização, onde

¹ Aluno do curso Técnico em Administração, na Etec de Poá - alisson.silva222@etec.sp.gov.br
Aluna do curso Técnico em Administração, na Etec de Poá - leticia.oliveira850@etec.sp.gov.br
Aluno do curso Técnico em Administração, na Etec de Poá - moises.silva185@etec.sp.gov.br
Aluna do curso Técnico em Administração, na Etec de Poá - nathiele.santos01@etec.sp.gov.br

afeta tanto ex apenados quanto cidadãos comuns. Com 55,5%, população negra é predominante no Brasil, diz Censo 2022 do IBGE.

O preconceito estrutural, é mais um dos motivos dos inúmeros preconceitos sofridos pelos ex-detentos. Dos mais de 850 mil presos no país, cerca de 70% são negros, um universo de 470 mil pessoas. Os números escancaram o racismo estrutural no sistema carcerário brasileiro. Os dados são de 2023 e estão no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (RIBEIRO,2024).

Com isso, podemos entender que além de serem destratados pela sociedade por serem ex-detentos, acabam sofrendo também um grande preconceito por sua cor de pele, ocupando maior partes em cadeias. Construindo cada vez mais preconceito, carregando traços de anos da escravidão brasileira, onde não se ouve reparação, acarretando um país desigual, e repleto de preconceitos.

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, dos mais de 700 mil presos no país, 8% são analfabetos, 70% não chegaram a concluir o ensino fundamental e 92% não concluíram o ensino médio. Fazendo com que após ganharem sua liberdade, muitos voltem a praticar seus crimes. A taxa de reincidência no nosso país chega a 70%. Isto quer dizer que sete em cada dez libertados voltam ao crime. É um dos maiores índices do mundo (JUSBASIL, 2011).

A REINserÇÃO NOS ESTADOS BRASILEIROS

Acre (AC)

O estado do Acre, de acordo com uma pesquisa realizada pelo G1 Globo, no ano de 2019, é o estado com o percentual mais baixo de presos estudando. Menos de 3% dos presos não estudam, de acordo com a reportagem, as salas de aula estão fechadas desde 2016, quando houve um incidente na penitenciária. Em 2019, o acre possuía uma população carcerária de 7.095 presos, e apenas 180 deles, estudavam, e estavam matriculados para o início do ano letivo naquele ano. O monitor da violência também aponta que há uma superlotação em cerca de 11 presídios no estado, e o baixo interesse nos estudos se dá ao fato de que há muitas facções no estado e isso causa muitos desentendimentos entre eles.

O diretor da penitenciária, explica que não há muitos ambientes onde os presos possam socializar, e que devido aos desentendimentos entre eles, a melhor opção foi separá-los.

“O que acontece é que em muitos lugares, como é a FOC, que é o maior complexo, não puderam ter mais um espaço de convivência comum e aí tiveram que separar. Então, as aulas foram suspensas desde então, mas já

estamos retomando as aulas. Este ano, estamos com 300 presos matriculados, ano passado a gente terminou com 150" (Gomes, 2024).

Alagoas (AL)

A Secretaria de Estado da Ressocialização e Inclusão Social (Seris) divulgou dados que mostram um aumento significativo no número de reeducando envolvidos em atividades laborais. Entre janeiro de 2023 e maio de 2024, houve um crescimento de 89% no número de participantes, passando de 1.158 para 2.194 ¹. Essa iniciativa é coordenada pela Gerência de Trabalho, Renda e Assistência Social (Getras) da Seris, que tem como objetivo contribuir para a segurança pública ao reduzir o risco de reincidência criminal e garantir emprego e renda para os ex-detentos.

"Temos parceiros que nos ajudam nessa missão de proporcionar reinserção social para aqueles que um dia sairão do sistema prisional, garantindo uma forte contribuição à segurança pública do nosso estado", (Jornal Extra, 2024).

O aumento do número de reeducando que trabalham em Alagoas é um indicador positivo da eficácia das políticas de ressocialização implementadas pelo governo do Estado e pela Secretaria da Ressocialização e Inclusão Social (Seris). Os números são impressionantes: em 2022, apenas 485 reeducando exerciam atividades laborais, representando 10,4% da população carcerária. Já em 2023, esse número saltou para 1.079, representando 23% da população carcerária e um incremento de 122% ¹. Essa iniciativa não apenas promove a ressocialização dos presos, mas também contribui para a redução da reincidência criminal. Além disso, os reeducando que trabalham têm a oportunidade de adquirir novas habilidades, se preparar para a reinserção na sociedade e reduzir as chances de reincidência criminal.

Amapá (AP)

Dados fornecidos pelo monitor da violência do G1 Globo, mostram que o estado do Amapá, ocupa a 2º maior taxa de presos estudando ou reinseridos no mercado de trabalho no ano de 2019. O percentual de pessoas que estudam chega a cerca de 10,7% do número total da população carcerária do estado. O sistema educacional utilizado para a reeducação no estado é o EJA (Educação de Jovens e Adultos). A penitenciária informou que 70% dos presos que ocupam o presídio não concluiu os estudos básicos.

“Os reeducando que estudam atualmente equivalem a 10,7% do 3.112 que compõem a população carcerária do Amapá”; “No Amapá, cerca de 70% da população carcerária ainda não concluiu os estudos básicos, informou o Iapen” (G1, Globo, 2019).

A Depen (Departamento Penitenciário Nacional) fez um novo levantamento sobre os dados penitenciários no ano de 2021, o estado do Amapá foi o que se destacou tendo um aumento de 572%, sendo o dobro comparado com o último levantamento mencionado acima. Este levantamento diz respeito a presos em atividades educacionais, seja terminando os estudos ou fazendo graduação à distância. A Depen contribui com doações, recursos, implementações de projetos e criação de planejamento estratégicos para que esses programas entrem em vigor com eficiência.

Amazonas (AM)

Segundo um projeto direcionado por profissionais do G1 Globo junto ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública e ao Núcleo de Estudos de Violência da USP (Universidade de São Paulo), foi mencionado que no ano de 2019, através do monitor de violência, foi identificado que apenas cerca de 7,5% de um total de 9.682 presos está reinserido no mercado de trabalho atualmente.

De acordo com a Lei de Execução Penal (nº 7.210/1984), no capítulo 3, seção 2 e artigo 33, destaca que a jornada não deve ultrapassar as 08 horas de trabalho por dia, e que, no mínimo, o empregado deve trabalhar 6 horas por dia. Caso o preso, esteja designado para serviços de conservação e manutenção do estabelecimento penal, poderá ser atribuído um horário especial.

Lei de Execução Penal (nº7.210/1984), Art. 33. A jornada normal de trabalho não será inferior a 6 (seis) nem superior a 8 (oito) horas, com descanso nos domingos e feriados. Poderá ser atribuído horário especial de trabalho aos presos designados para os serviços de conservação e manutenção do estabelecimento penal (BRASIL, 1984, p. 27).

O estado de Amazonas, segue em pior colocação do nosso país devido ao baixo percentual que ele possui em relação a incentivar os presos a frequentarem uma sala de aula para estudar, e conseqüentemente, leva também a dificuldade de ser reinserido no mercado de trabalho.

Quando se trata do incentivo à vida acadêmica dos presos, o Amazonas ocupa a segunda pior colocação do país - ficando à frente do Acre, apenas. Segundo o levantamento, dos 9.682 presos, apenas 369 estudam (G1, Globo, 2019).

No ano de 2019, o estado do Amazonas investiu em um programa de ressocialização chamado “Trabalhando a Liberdade”. O programa se trata de realizar manutenções na rede de saúde pública. Pessoas em regime fechado ou semiaberto podem participar da nova iniciativa do governo de ressocializar os presos. A iniciativa partiu de uma parceria entre órgãos estaduais, tais como, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), Polícia Militar do Amazonas (PMAM), Unidade Gestora de Projetos Especiais (UGPE), Órgão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (Sedurb) e a coordenadora do programa, a Secretaria de Estado de Saúde (SES).

“O programa faz com que as pessoas privadas de liberdade tenham a sua dignidade respeitada, proporcionando, durante o período em que estão presos, que sejam capacitadas, treinadas e profissionalizadas de uma maneira tal, que retornem à sociedade com oportunidade de trabalho e educação, para que não voltem a cometer crimes novamente” (Trabalhando a liberdade, 2025).

Bahia (BA)

A dificuldade enfrentada por ex-detentos para conseguir emprego na Bahia é um desafio complexo que vai além da simples falta de oportunidades. Trata-se de um ciclo vicioso que começa dentro do sistema prisional e se estende para a sociedade,

O maior obstáculo enfrentado por ex-detentos não é a falta de qualificação, mas sim o preconceito da sociedade e dos empregadores. Muitas empresas relutam em contratar ex-detentos devido à associação automática com o crime, sem considerar que muitas vezes essas pessoas cometeram erros em circunstâncias difíceis e desejam uma segunda chance. Mesmo com programas governamentais para incentivar a contratação de ex presidiários, muitas empresas continuam relutantes, temendo a reação de clientes ou funcionários.

A taxa de empregabilidade de ex-detentos na Bahia é um desafio persistente, com a maioria enfrentando obstáculos para se inserir no mercado de trabalho formal. De acordo com um levantamento do Escritório Social da Bahia, apenas 40,9% dos

egressos do sistema prisional conseguiam manter um emprego, enquanto 59,1% não possuíam vínculo empregatício.

Além disso, entre os que trabalhavam, apenas 4,74% possuíam carteira assinada, indicando uma predominância de ocupações informais. Esse cenário destaca a necessidade de programas que promovam a empregabilidade e a qualificação profissional de ex-detentos. Nesse sentido, programas como o Começar de Novo foram implementados para ajudar a mudar esse cenário. Em 2011, o programa ajudou cerca de 1.902 detentos a ingressarem em atividades laborais, além de oferecer cursos profissionalizantes em áreas como construção civil e informática.

Ceará (CE)

Muitas empresas evitam contratar pessoas que já passaram pelo sistema prisional, o que dificulta a busca por emprego. A falta de políticas públicas eficazes para garantir oportunidades de trabalho também é um obstáculo.

Os programas de reinserção social têm sido implementados para melhorar a empregabilidade dos egressos do sistema prisional. Por exemplo, iniciativas como o "Selo Resgata" reconhecem empresas que empregam pessoas privadas de liberdade, incentivando a criação de oportunidades de trabalho para detentos e ex-detentos.

A reintegração de ex-detentos no mercado de trabalho enfrenta diversos desafios que contribuem para altas taxas de desemprego nessa população. Informações publicadas pelo governo de Ceará indica que, em abril de 2022, apenas cerca de 18% dos detentos no sistema penitenciário cearense estavam envolvidos em atividades laborais.

Distrito Federal (DF)

No distrito federal, a Amparo ao Trabalhador Preso (Funap) oferece empregos e oportunidades para a reinserção de presos, criada pela Lei nº 7.533, de 2 de setembro de 1986, em comemoração a 37 anos, cria a Capacita Funap, que tem como o intuito

capacitar os presidiários para o mercado de trabalho e para os interessados ingressá-los, entretanto, para isso, deve-se haver o interesse do egresso.

As empresas possuem um tempo de contrato de experiência de três meses, após o prazo a empresa pode optar por contratar o preso, caso a empresa decida não efetivar nenhuma contratação ela é suspensa do programa, 5 empresas privadas já querem participar do programa, Funap gerou empregos de um programa eficiente, possibilitando ao preso sair das amarras e preconceitos e ingressar no mercado.

“Queremos quebrar o estigma que ainda existe em relação a contratar um reeducando. O trabalho é um dos pilares principais na ressocialização. Os números demonstram que, dos reeducando que estão inseridos no mercado de trabalho, a reincidência é de menos de 5%” (MARTINS, Deuselita, 2023).

Os egressos recebem um bolsa auxílio, que é calculado em $\frac{3}{4}$ do salário-mínimo, equivalentes a R\$ 990, auxílio alimentação, vale-transporte e seguro-acidente, os custos são de total responsabilidade da Funap.

Espírito Santo (ES)

Espírito Santo está mostrando, que essa realidade pode ser mudada, com programas de reinserção, que beneficiam tanto as empresas, quanto os apenados, que estão buscando novas oportunidades.

O principal deles é o programa “Responsabilidade Social e Ressocialização”, que busca despertar e desenvolver competências e habilidades dos detentos, ofertando educação, qualificação profissional e inserindo-os no mercado de trabalho. (SEJUS).

Para transformar isso em uma realidade próxima, o governo do Espírito Santos, por meio da Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS), vem investindo pesado em projetos da cidadania e dignidade dos ex prisioneiros. Como dito pelo secretário de Estado da Justiça, Luiz Carlos Cruz.

“Essa é uma possibilidade de o Estado ser sustentável nas unidades prisionais. Todos os meses nos reunimos para discutir o programa Estado Presente em Defesa da Vida. Enquanto temos apresentação de que se prendeu tantas pessoas, o secretário de Estado da Justiça, Luiz Carlos Cruz, mostra os números do sistema prisional. É um dilema que vivemos e como fazer esse equilíbrio? A polícia tem que prender quem comete crime, principalmente crimes contra a vida. Quem atenta contra a vida de alguém tem que saber que será alcançado pela Justiça. Essa pessoa tem que pagar,

mas ao mesmo tempo ele pode ter o direito de recomeçar depois de pagar. É uma reflexão que temos que fazer” (CARLOS, Luiz, 2019).

Como forma de incentivar as empresas a contratarem os egressos, as empresas ganham alguns benefícios como a isenção de encargos trabalhistas, uma vez que a contratação de mão de obra de detentos é realizada fora do regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e regulamentada pela Lei de Execução Penal – artigo 28, §2º.

Dessa forma, as empresas que firmam convênio com a Sejus contam com benefícios como isenção de pagamento de férias, 13º salário, FGTS, multa rescisória, entre outros tributos; facilidade de reposição ou substituição de mão de obra; e isenção de despesas com locação de imóvel, água e luz, no caso de oficinas de trabalho dentro da unidade prisional. (SEJUS).

Goiás (GO)

Segundo os dados do IBGE apenas 21,61% dos egressos trabalhavam, e o Relatório de Informações Penais (Relipen) afirma que ao todo 4.734 (quatro mil e cinquenta e quatro) dos presos trabalhavam sendo 3.345 dentro das unidades prisionais e 1.009 externamente. O Goias.GOV diz que o número de detentos trabalhando obteve um acréscimo de 79% de 2021 para 2022, isso se deve a implementação e intervenção da Diretoria geral de Administração penitenciária (DGAP).

“O diretor da DGAP, Josimar Pires, participou do Jornal Brasil Central desta terça-feira (8) falando do assunto. Segundo ele, os presos que trabalham atuam em ambientes projetados para isso, por meio de parcerias com empresas e organizações. Dentre os itens produzidos pelos detentos estão móveis, brinquedos e roupas. Pires informou que a expectativa é de criar mais três mil vagas de trabalho até o fim de 2024.”(PIRES, Josimar, 2023).

Do total de 20.152 apenas 12.638 acesso a atividades educacionais (62,71% do total), dentre os programas estão, começar de Novo; Registre-se; Heliponto; Refletir para Transformar; Resgatar e Goiás de Resultados; grande parte dos projetos teve parceria com a Diretoria-Geral de Administração Penitenciária. (DGAP) que intervém a favor dos presidiários com estratégias e novas implementações para o sistema prisional Goiano, mas, fica limitado, necessitam da parceria do Governo federal para financiamentos de novos projetos.

“Queremos e precisamos da parceria do Governo Federal para continuar a transformação do sistema penitenciário goiano”. (ALVES, Firmino, 2023).

Maranhão (MA)

O Maranhão tem se destacado nacionalmente em programas de educação e trabalho para detentos. Além disso, foram registradas 18.042 atividades educacionais. Uma pesquisa mostrou que 76,43% dos detentos maranhenses gostariam de trabalhar na construção civil, e 68,10% desejam abrir seu próprio negócio. Isso demonstra a importância de oferecer cursos e oportunidades nessas áreas. O programa “Começar de Novo” tem sido fundamental para a reintegração de ex-detentos.

A taxa de desemprego entre ex-detentos no Maranhão é um problema significativo que afeta a vida de muitas pessoas. Isso ocorre porque existem muitos fatores que dificultam a reintegração dessas pessoas ao mercado de trabalho.

No Maranhão, o mercado de trabalho já apresenta dificuldades para a população em geral. Em 2022, a taxa de desocupação do estado foi de 12,9%, superior à média nacional de 11,1%. Em momentos anteriores, essa taxa já foi ainda mais alta, chegando a 18,1% em 2020. Muitos empregadores relutam em contratar alguém que já esteve preso, independentemente das habilidades ou da disposição dessa pessoa em recomeçar sua vida.

Mato Grosso (MT)

O Sistema de Emprego do Recuperando (Siner), uma plataforma disponibilizada online, onde penitenciários teriam as empresas e entidades para contratá-los, atualmente encontra-se cadastrados 3.873 pessoas, e fidelizados 170 termos de cooperação, empregando cerca de 1.700 egressos.

Sociedade com a maior naturalidade possível. Esse convívio social faz com que se sintam motivadas a um novo recomeço por meio do trabalho. Esse é o papel do Estado. Queremos ampliar essas contratações, tanto para órgãos públicos como para empresas “Essas pessoas têm o direito de serem incorporadas novamente à privadas”. (SESP, 2021).

O governo do Mato Grosso contribui, com investimentos em ressocialização e emprega mão de obra penitenciária através de 40 órgãos públicos, disponibilizando dentro dos sistemas prisionais atividades de capacitação e trabalho, em prol de

promover aos detentos um certo conhecimento e aptidão, antes de reingressarem no mercado, promovendo e motivando o egresso.

“Na Penitenciária Central do Estado (PCE), por exemplo, podem atuar como torneiro, padeiro, eletricista, azulejista, confeitiro, marceneiro. O local tem uma padaria e os alimentos produzidos são comercializados em uma cantina da unidade. Os reeducandos ficam com crédito para o consumo e ainda recebem salário, com o qual podem custear as despesas deles ou ainda destinar à família”. (PGE, MT, 2023).

Toda via, há uma limitação em que o Estado não possui infraestrutura para que os egressos venham a trabalhar em empresas ou instituições por fora das penitenciárias, o estado não tem permissão para que os egressos trabalhem, só dentro das penitenciárias.

“Temos 216 termos de intermediação e cada um deles é um projeto. Hoje os trabalhos são mais externos, mas a gente está ampliando para colocar indústrias dentro das unidades, por meio de parcerias, porque internamente podem trabalhar os condenados e provisórios e externamente só os condenados”, (TELES, Winkler, 2023).

Mato Grosso do Sul (MS)

Mato grosso do Sul está entre os estados brasileiros com um dos maiores índices de presidiários trabalhando, aproximadamente 36,8% dos presos estão trabalhando.

“São iniciativas como essa que possibilitam que estas pessoas sejam reintegradas na sociedade praticando o bem, com uma conduta correta como deve ser de todos os brasileiros”. (SEJUSP, 2019)

Sendo 7.143 detentos que tem atividades remuneradas e não remuneradas, tendo 195 parcerias que usam a mão de obra dos presidiários, o próprio governo federal incentiva as empresas a contratar mão de obra prisional, que ganham certificado nacional, 13 empresas do Estado que receberam o certificado, sete são de Campo Grande, duas de Três Lagoas, uma de Amambai e ainda, a Prefeitura de Paranaíba.

“Em Mato Grosso do Sul, 13 empresas foram certificadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública por contratarem presos e egressos do sistema penitenciário. Em todo Brasil, cerca de 16,7 mil detentos e ex-detentos conseguiram oportunidade de emprego em 372 instituições, todas certificadas.” (MOREL, Lucia, 2020).

Os egressos têm a oportunidade de trabalhar dentro ou fora das unidades prisionais, tendo a oportunidade de mudar sua situação independentemente do local, as próprias empresas criam “bases” dentro das unidades prisionais para que o preso possa trabalhar mesmo que em regime fechado.

Minas Gerais (MG)

“Para onde vou? O que vou fazer? Onde vou morar? O que vou comer?” frase dita por Yorrana Keyte, ré primária que cumpriu pena por tráfico, com 28 anos, porém, não é apenas uma pergunta feita por ela, mas sim uma pergunta feita por mais de 63,2 mil presos, que ainda não pode ser inserido na sociedade.

Atualmente, Minas Gerais tem cerca de 170 unidades prisionais, que abrigam em torno de 63,2 mil presos, 22 mil a mais do que a capacidade, segundo a Secretaria de Justiça e Segurança Pública (Sejusp, 2023).

Em um país onde apenas 24% dos egressos trabalham de mostram dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais. A média de minas gerais acaba ultrapassando um pouco essa média tendo 28% de seus ex presidiários no mercado de trabalho, e somente 15% tem acesso à educação dentro das prisões.

De acordo com o Núcleo de Estudos da Violência da USP, 46% dos egressos retornam para as prisões após reincidir em delitos – o que não quer dizer que os 54% restantes conseguiram se restabelecer após o cárcere. (AGUIAR, Leandro, 2023)

Tal situação vem devido à falta de investimentos do governo, não apenas na inserção dos detentos, mas também uma falta de investimento nas sociedades periféricas, que são as mais afetadas com isso, por conta de um forte preconceito sofrido, e por muitas vezes servirem como “refúgio” para o crime.

Pará (PA)

Conforme uma pesquisa feita pela Revista Terra, foi possível analisar que a porcentagem de presos reinseridos no mercado de trabalho no estado do Pará, foi de 8,7%, uma porcentagem relativamente baixa comparada com outros estados do Brasil. Os programas que envolvem Laborterapia (técnica de reeducação através e/ou por meio da valorização do trabalho), incluindo o Pará, utiliza-se dessa técnica de ressocialização. Entretanto o Pará possui um programa de ressocialização do próprio estado, chamado de “Projeto Acuaré”.

O Projeto Acuaré é uma iniciativa do governo para promover a ressocialização e a oportunidade de pessoas se realocarem para o mercado de trabalho. O projeto foi uma parceria da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) e a

Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) com o objetivo de reintegrar presos a sociedade e mercado de trabalho.

“Quando a gente fala sobre reinserção social, o projeto Acuaré, pra mim, é a melhor forma. A oportunidade é muito proveitosa, porque a gente vê que hoje o mercado de trabalho é difícil até para quem possui um nível superior, imagina para um egresso do sistema penal, onde já existe todo um preconceito. Por isso, ter possibilidade de dar entrada no mercado do trabalho, pela Seap, ajuda bastante. Abre portas, porque além do trabalho em si que a gente desenvolve, a gente começa a criar vínculos que podem gerar uma oportunidade de trabalho para quando finalizarmos o cumprimento da pena. É uma bênção e um diferencial muito grande pra gente”, diz F. B., sobre o projeto acuaré.(F.B, 2024).

Paraíba (PB)

Um estudo realizado em 2020 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estimou que menos de 30% dos ex-detentos conseguem se reintegrar ao mercado de trabalho formal no Brasil após a saída do sistema prisional. Na edição desta quinta-feira (4) do Diário Oficial do Estado, o Governo da Paraíba publicou o Decreto nº 45.230, regulamentando a Lei 11.613/2019. Esta lei estabelece normas para a celebração de parcerias que incentivam a atividade laboral no Sistema Prisional do Estado, como parte do projeto de ressocialização das pessoas privadas de liberdade durante o cumprimento de suas penas. O novo decreto define os procedimentos para a seleção de empresas privadas interessadas em empregar reeducandos dentro das unidades do sistema penitenciário. O documento detalha as formalidades do chamamento público, os fluxos operacionais, as obrigações das entidades parceiras, os incentivos oferecidos e os direitos dos reeducandos que terão acesso ao trabalho durante o cumprimento de suas penas.

Cerca de 1,7 mil presidiários também estudam dentro das cadeias e penitenciárias paraibanas. A remição de pena proporciona redução de um dia de reclusão para cada 12 horas de estudo, facultados em três dias, e para cada três dias trabalhados. Com as aulas, os presos podem conseguir diplomas de ensino fundamental e médio. Serão oferecidos ainda cursos universitários para apenados, mas ainda não há demanda. No presídio do serrotão, em Campina Grande, por exemplo, há um Campus Avançado da UEPB dentro dos limites da unidade. (G1, 2014).

O desemprego entre ex-detentos no estado da Paraíba, assim como no Brasil em geral, é um reflexo de múltiplos fatores sociais, econômicos e estruturais. Entre as principais razões pelas quais ex-detentos enfrentam dificuldades para entrar no mercado de trabalho, um dos maiores obstáculos é o estigma social. Muitas empresas preferem não contratar indivíduos com antecedentes criminais, temendo que isso possa prejudicar sua recompensa ou criar riscos operacionais.

Paraná (PA)

Tendo projetos como a “mãos amigas”, que utiliza a mão de obra de detentos, nos serviços de conservação, manutenção e reparos em escolas estaduais e em patrimônios públicos do Estado, completa uma década de história, ajudando tanto o governo, quando essas pessoas que trabalham para mudar suas vidas. Como dito pelo secretário estadual da Segurança Pública, Wagner Mesquita.

“A possibilidade de trabalhar contribui para a ressocialização dos presos e a consequente inserção no mercado de trabalho após o cumprimento da pena”,(MESQUITA, Wagner, 2022).

A utilização dessa mão de obra, traz uma economia de até 50% para o governo, já que não precisaram comprar a mão de obra de uma empresa, segundo o diretor presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (Fundepar), Marcelo Pimentel Bueno, mais equipes foram acionadas, fazendo com que o projeto cresça, e possa vir a se tornar algo maior abrangido cada vez mais locais, e afirma que:

“O programa, além de promover a ressocialização e reinserção do preso no mercado de trabalho, garante agilidade na prestação de serviços e economia para as escolas estaduais, o que resulta em mais qualidade de ensino e economia para o Estado”. (BUENO, Marcelo, 2022).

Para conseguir participar do programa é necessário apenas que o prisioneiro apresente um ótimo comportamento carcerário e passar por rigoroso critério de requisitos legais, o que traz um grande benefício aos detentos já que os detentos que participam do programa recebem 75% de um salário-mínimo, e a cada três dias de

trabalho é reduzido um dia da pena. O que é explicado pelo diretor-geral da Polícia Penal do Paraná, Osvaldo Machado.

“É importante para a Polícia Penal do Paraná que programas como o Mãos Amigas sejam conhecidos pelas prefeituras de todo o Estado para que possamos ampliar, cada vez mais, as oportunidades que ele proporciona, tanto para a pessoa privada de liberdade, dando sentido aos dias de cumprimento de sua pena, quanto para a sociedade, que tem essa mão de obra menos custosa”. (MACHADO, Osvaldo, 2022).

Pernambuco (PE)

Em 2022, aproximadamente 4.847 reeducando estavam empregados, representando 34,5% dos 14.149 indivíduos em regime aberto ou livramento condicional no estado. Esses trabalhadores desempenham funções como auxiliar administrativo, serviços gerais, eletricista, pedreiro, pintor, recepcionista, gari e soldador.

"Muitos presos quando terminam de cumprir a pena saem sem qualificação profissional e com baixa escolaridade. Ninguém contrata. Só que vai terminar o crime batendo a nossa porta, se a gente não fizer nada. Por isso, a necessidade de ampliar o número de pessoas empregadas. Em 2017, eram pouco mais de 500 que trabalhavam. E havia 17 ou 18 empresas colaborando", (Josafá Reis, 2022).

A taxa de desemprego entre ex-detentos em Pernambuco é alta, com apenas 34,5% dos 14.149 indivíduos em regime aberto ou livramento condicional empregados em 2022.

Algumas iniciativas vêm tentando mudar esse quadro. Programas como os promovidos pelo Patronato Penitenciário de Pernambuco oferecem cursos profissionalizantes, assistência psicossocial e jurídica, além de intermediarem vagas de trabalho por meio de parcerias com empresas públicas e privadas. Essas iniciativas têm demonstrado impacto positivo na reintegração social e na redução da reincidência criminal, mostrando que, com apoio adequado, muitos ex-detentos podem retomar suas vidas de forma digna e produtiva.

Piauí (PI)

O trabalho e a educação são ferramentas imprescindíveis para a ressocialização no sistema prisional. No Piauí, aproximadamente 10% da população carcerária realiza alguma atividade de trabalho, conforme o censo carcerário realizado em 2023 pela Secretaria de Estado da Justiça (Sejus). Entre os que compõem esse percentual, seis deles buscam reconstruir suas vidas através do trabalho em uma fábrica de rações em Altos.

“Hoje estou tendo a oportunidade de estar me ressocializando ao meio da sociedade. Já vou sair com um emprego garantido, ao qual o dono da empresa já me propôs essa oportunidade devido ao meu desempenho e dos meus colegas. Aqui, somos uma equipe. Graças a Deus, eu tenho uma outra visão de vida, ou seja, uma melhora que sirva de exemplo para aqueles que estão lá dentro com a mente ocupada em outras coisas. Que eles possam refletir que há, sim, uma oportunidade, uma luz no fim do túnel. Se nós quisermos, podemos sim mudar essa história”, disse o reeducando. (Ramiro Pena, 2024).

Apesar dos desafios, a taxa de desocupação no Piauí atingiu 7,6% no segundo trimestre de 2024, o menor índice dos últimos dez anos. No entanto, não há dados específicos sobre a empregabilidade de ex-detentos no estado. SB e consigam se reinserir na sociedade por meio do trabalho.

Rio de Janeiro (RJ)

Rio de Janeiro é um dos estados mais afetado quando se trata em contratar ex detentos, já que em um local muito marginalizado, o preconceito se torna mais evidente, o medo de tentar recomeçar fica cada vez mais forte. Porém como todo ser humano merece uma segunda chance, não seria diferente para um egresso, tendo como slogan “devemos acreditar mais e julgar menos” Iniciativa do AfroReggae, sendo a primeira agência de empregos formada por egressos do sistema penitenciário e voltada para inseri-los no mercado de trabalho. Tem um grande papel de mudar essa realidade. Em um discurso Amábílio, que participou do projeto, afirma que:

“Tive sorte, sim, pois centenas de egressos tentam diariamente serem inseridos no mercado de trabalho, porém vivemos em uma sociedade que clama por paz e ao mesmo tempo esnoba aqueles que estão lutando pela vida. Devemos acreditar mais e julgar menos” (AMABÍLIO, 2023)

Não apenas Amábílio teve sorte como muitos outros, que tiveram a mesma oportunidade de sair do crime, e conseguiram ser reinserido no mercado de trabalho, assim como Namã Araujo Martinez, de 27 anos, onde diz:

“Depois que você cai na realidade que aquilo não é pra você, a gente passa a ter liberdade” (MARTINEZ, Namã, 2023)

Rio Grande do Norte (RN)

Em junho de 2024, foi assinado um Termo de Cooperação Técnica entre o Governo do RN e o Ministério Público do Trabalho (MPT), resultando na criação da Rede Potiguar de Trabalho Decente no Sistema Prisional. Dados de 2023 indicam que o Rio Grande do Norte registrou a menor taxa de desocupação em 12 anos, com 10,7%. Embora essa estatística reflita o mercado de trabalho geral, ela pode sugerir um ambiente mais favorável para a inserção de ex-detentos no mercado de trabalho. Em termos de geração de empregos formais, o estado criou 22,6 mil vagas em 2023, com destaque para os setores de serviços, comércio e construção. Mossoró liderou a criação de empregos, seguida por Natal e Parnamirim.

Rio Grande do Sul (RS)

Relatos de ex detentos é o que não faltam, onde eles conseguem mudar de vida, assim como é afirmado pelo Carlos, detento que ficou por três anos de pena em regime fechado e mais seis no semiaberto.

“Tive a oportunidade de voltar à liberdade como funcionário contratado, dando continuidade ao trabalho de ressocialização. É uma forma de ficar longe do crime e garantir uma renda” [...] “Tem sido bom para mim, pois é difícil receber uma chance profissional.” (CARLOS, 2023)

O trabalho e a dignidade andam lado a lado, conta Artur, um dos 200 apenados que desenvolvem algum tipo de atividade laboral na Penitenciária Modulada Estadual de Ijuí (PMEI). Sendo um grande exemplo de trabalho penitenciário da região.

“A importância do trabalho está ligada à dignidade. Vou sair daqui de cabeça erguida, de volta para a sociedade, e aproveitar a oportunidade que nos deram”. (ARTHUR, 2024)

Constituído para ser um dos pilares do tratamento penal, o trabalho faz parte de um grupo de iniciativas colocada pelo Estado dentro do sistema prisional para prevenir o crime e garantir o retorno à boa convivência na sociedade, conforme prevê a Lei de Execução Penal (LEP).

“Entendemos que o trabalho prisional é um dispositivo de reinserção social e contribui muito para que essas pessoas possam ter uma nova vida pós-prisão. É fundamental que elas consigam romper esse ciclo da criminalidade e que tenham uma possibilidade de trabalho. É algo que a gente sempre vai fomentar e buscar cada vez mais aqui na penitenciária, porque compreendemos a importância desse projeto”. (BUGS, Darlen, 2024)

Rondônia (RO)

Em uma reportagem feita por PGE - Rondônia, é possível identificar os principais que fatores que levam os ex-presidiários a não conseguirem se reinserir no mercado de trabalho. Essa reportagem é uma entrevista com ex-egressos, onde eles dizem sobre a dificuldade de se reinserir após um período na prisão, eles afirmam enfrentar muito preconceito e alguns até estudam para aprimorar os seus conhecimentos e conseguem uma oportunidade, entretanto eles encontram dificuldades.

“As pessoas não acreditam que a gente está disposta a se recuperar. Eles acham que a gente está pensando em roubar de novo”. (F.C, 2010)

Ao decorrer da matéria apresentada acima, também temos o depoimento de outra pessoa que está tentando se reinserir no mercado, afirmando que a sociedade não acredita em pessoas que já tiveram um histórico criminal trabalhando dentro das empresas, apenas pelo pensamento de que essas pessoas não conseguem mudar ou que estarão eternamente inseridas no mundo do crime.

No estado de Rondônia, apenas 7,8% dos presos conseguem se reinserir no mercado de trabalho. Dificuldades como o preconceito e a falta de acesso à educação impactam diretamente na realidade de ex-egressos.

Roraima (RR)

O estado de Roraima, no ano de 2024, lançou um Plano Estadual de Trabalho e Renda para o sistema prisional para promover a reinserção de apenados no estado. Isto aconteceu por meio do governo estadual de Roraima e a Sejuc (Secretaria de Justiça e Cidadania), com o objetivo de fazer com que os ex-presidiários consigam se

reinsere no mercado de trabalho, reduzir a sua pena por meio de atividades laborais e conseguir proporcionar qualificação pessoal para os apenados por meio da mão de obra.

“Aqui no nosso Estado, nós já temos uma política muito forte de trabalho. Temos hoje mais de 100 reeducandos inseridos em algum tipo de oficina de trabalho e a nossa ideia com esse plano é estar alinhado com o órgão nacional, que é a Secretaria Nacional de Políticas Penais, para incentivar e aumentar as nossas oficinas de trabalho dentro do sistema prisional” (FERREIRA, Hércules, 2024).

No ano de 2021, Roraima publicou um relatório para o ministério público sobre as penitenciárias, dentre os tópicos apresentados, foi mencionado as porcentagens de presos em atividades laborais ou educacionais. Cerca de 6,45% dos presos no 2º trimestre de 2019 exerciam algumas dessas atividades, sendo cerca de 2.079 presos, onde apenas vinte e quatro trabalhavam e cento e dez estudavam, o que levantou uma preocupação para o ministério público já que percentual de pessoal que estão nessas atividades, não chegam nem a 7%. Conforme os anos se passaram, o percentual diminuiu, chegando a apenas 2,71% no 1º trimestre de 2021 que foi o ano onde esses dados foram levantados.

Santa Catarina (SC)

Santa Catarina tem 8.221 detentos em alguma atividade laboral. O número representa aproximadamente 33% da população privada de liberdade, o que os diferenciais dos demais estados brasileiros, já que seu governo compre com a sua responsabilidade de punir, atos criminosos, porém, não deixam de se preocupar com a volta dos ex prisioneiros para a sociedade.

“Aqui em Santa Catarina os presos trabalham. Não só em empresas privadas, como para o Estado também. A obra da Emergência do Hospital Celso Ramos foi feita usando mão de obra de detentos e isso acelerou o processo, gerou economia e devolveu para a população um serviço melhor. O trabalho é importante e temos apostado nisso para que voltem para a convivência em sociedade sem cair no crime novamente” (MELLO, Jorginho, 2024).

O trabalho de ressocialização feito pelo Governo de Santa Catarina, por meio da Secretaria da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP), essa iniciativa inclui parcerias com empresas privadas e de setores públicos, oferecendo capacitação profissional e empregabilidade para os detentos.

De acordo com o secretário da SAP, Carlos Alves, essas medidas vêm como forma de reforçar o comprometimento do governo em garantir que os prisioneiros tenham a oportunidade de recomeçar, e não apenas de serem excluídos da sociedade.

“Trabalho e educação são pilares fundamentais para a recuperação e a inclusão social dos detentos. Ao ampliar essas vagas, damos a eles uma nova chance de seguir por um caminho diferente ao sair do sistema prisional”. (ALVES, Carlos, 2024).

Os produtos que são feitos no sistema carcerário são de diferentes setores, abrangido diversos setores que vão desde a indústria náutica, cosméticos, embalagens, marcenaria, indústria têxtil e até setor agrícola, com a perspectiva de abrangerem ainda mais setores, diversificando o trabalho já feito, o que é fortemente afirmado pelo secretário da SAP, Carlos Alves.

“Santa Catarina é referência não somente nas atividades laborais. Visando a erradicação ao analfabetismo no Sistema Prisional Catarinense, hoje, em um universo de 2.923 privados de liberdade, restam apenas 60 (0,22%), analfabetos. Aos estudantes do ensino básico, em outubro será realizado o [Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja PPL)]. A participação no último ano atingiu 11.692 alunos”. (ALVES, Carlos, 2024).

São Paulo (SP)

Sendo a maior metrópole brasileira, e o município onde mais se arrecadam dinheiro sobre imposto no Brasil, São Paulo possui um índice muito baixo de contratação de ex detentos, o que torna a reinserção uma dificuldade ainda maior, dados realizados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), afirma que de 107.913 apenas 0,02% foram contratadas.

SÃO PAULO – Apenas 0,2% de pessoas que saíram da prisão e receberam a liberdade judicial conseguiram se recolocar no mercado de trabalho. Os dados fazem parte da auditoria operacional realizada em 2018 pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) como parte da prestação de contas do Governo Paulista e que analisou os Programas da Custódia e Reintegração Social da População Penal. (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, pág. 5, 2019).

Um agravante para essa situação é a falta de preparo que esses ex prisioneiros possuem, já que boa parte não possui conhecimento básico, ou tem de um conhecimento muito raso e superficial, sabendo apenas ler e escrever, a falta de conhecimento técnico e profissional é um agravante muito crítico na vida de um

egresso, nesses dados poucos tiveram acesso à educação, sendo uma obrigação do estado proporcionar.

Os números também chamam a atenção para uma situação deficitária. Dentre os 174.308 condenados, apenas 11.643 (7%) participam de cursos profissionalizantes, 10.651 (6%) no Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania e 17.511 (10%) em atividades de Educação Formal. (tribunal de contas do estado de São Paulo, 2019).

De acordo com o “DECRETO Nº 55.126, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2009” traz uma nova chance de um egresso a voltar ao mercado de trabalho, tendo como objetivo combater o preconceito e superar as adversidades sofridas por um ex presidiários, O decreto determinou que os órgãos públicos estaduais podem exigir que as empresas vencedoras de licitações contratem um percentual mínimo de 5% de egressos do sistema prisional.

Sergipe (SE)

Recentemente, em 2021, foi iniciado o Projeto Jovem Aprendiz, uma parceria entre a Fundação Renascer, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), o Ministério Público de Sergipe (MPE/SE), o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a empresa Novo Conceito N/C Vigilância. Esse projeto ofereceu capacitação e oportunidades de emprego para 48 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, visando prepará-los para o mercado de trabalho e contribuir para a redução da reincidência.

“Esse é o meu primeiro curso de capacitação e eu pretendo fazer outros que surgirem, pois, minha profissão lá fora é de encanador, mas se eu não conseguir um emprego fixo eu posso fazer salgados e vender como autônomo, contribuindo assim para o sustento da minha família”. (Governo do Estado de Sergipe, 2023).

Em 2024, Sergipe registrou uma das menores taxas de desemprego de sua história, o que seria um cenário promissor para a inserção de ex-detentos. No entanto, a realidade é bem mais complexa para esse grupo.

Para que a reintegração tenha sucesso, é essencial que os ex-detentos recebam o suporte necessário, não apenas em termos de formação, mas também com um auxílio básico para sua manutenção enquanto estão se capacitando.

Tocantins (TO)

O estado do Tocantins, ocupa atualmente entre a 5ª e 6ª posição em um ranking nacional de presos trabalhando ou em atividades educacionais no sistema prisional. O estado por meio de um programa de ressocialização chamado “Programa Novo Tempo”, conseguiu promover um percentual bem alto de presos que atualmente se encontram reinseridos no mercado de trabalho. A parceria foi feita por meio do Sistema Penitenciário e Prisional do Tocantins (Sispen/TO) e da Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju), onde os presos também conseguem instruções de assuntos escolares e conseguem a sua formação profissional por meio do programa e participação ativa.

“O Programa Novo Tempo veio para dá suporte à gestão e aparelhamento a todas as ações de educação, trabalho e renda para pessoas privadas de liberdade e nosso compromisso é potencializar para que possamos chegar a 100% das Unidades Penais com escolas e atividades laborais”, diz o Superintendente de Administração dos Sistemas Penitenciário e Prisional (Sispen/TO).

O gerente de reintegração social também demonstra satisfação com os avanços do sistema prisional, dizendo “Este avanço demonstra o empenho desta gestão e dos parceiros com a execução das políticas públicas, possibilitando um ambiente penal mais seguro e com condições de reinserção social.

A IMPORTÂNCIA E RELEVÂNCIA DO TEMA NA SOCIEDADE

Este tema se torna relevante pois, como reconhece A Constituição Federal de 1988, em seu Título II, Capítulo I, trata dos Direitos e Garantias Individuais e Coletivas, estabelecendo no Art. 5º que "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]" (BRASIL, 1988, p. 8). Mas reconhece que essa regra é negligenciada pelas empresas de todo Brasil.

Reconhece-se que a inserção no mercado de trabalho para egressos do sistema prisional encontra pouca oferta de oportunidade de trabalho. Quase como regra, esse público tem baixo nível de escolaridade e habilitação profissional e é perseguido pelo estigma, dificultando o vínculo com a empresa e adaptação as regras laborais, causando efeitos danosos não só na obtenção de emprego, mas nas outras instancia da vida (comunitária, familiar e psicológica. (CHAVES; TEIXEIRA; MARANHÃO,2021, p. 979).

A dificuldade acontece por muitos dos ex-detentos não possuem um bom nível de escolaridade, tornando-os menos “atrativos” para o mercado de trabalho, “quanto à

escolaridade, 75% da população prisional brasileira não chegou ao ensino médio. enos de 1% dos presos possui graduação. (BRAIL,).

Como reconhece A Constituição Federal de 1988, em seu Título II, Capítulo I, trata dos Direitos e Garantias Individuais e Coletivas, estabelecendo no Art. 5º que "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]" (BRASIL, 1988, p. 8).

Como meio de ressocialização, o preso tem direito à assistência educacional. De inegável importância para a formação de qualquer pessoa, e por ser direito de todos (CF, art. 205), o estudo é utilizado, inclusive, para fins de remição de pena (art.126). Ademais, para estimular ainda mais o preso a estudar, além da remição, a LEP autoriza a sua saída temporária, quando em regime semiaberto, para frequentar curso supletivo profissionalizante.

Para muitos ex-detentos, a dificuldade de reinserção acaba levando-os de volta às atividades criminosas, o que aumenta a taxa de criminalidade no país. Por isso, é de extrema importância criar ambientes que promovam a reeducação social. A APAC (Associação de Assistência aos Condenados) tem esse papel fundamental, pois é uma entidade que se dedica a reintegração social dos condenados e destaca a importância de um ambiente mais humanitário nas prisões.

"O objetivo da APAC é promover um ambiente mais humanitário nas prisões, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena. Seu propósito é evitar a reincidência no crime e oferecer alternativas para o condenado se recuperar." (APAC, 2024).

Analisando a integração de ex-prisioneiros dentro do mercado de trabalho e destacando os principais obstáculos e preconceitos encontrados, notou-se que o objetivo geral deste trabalho é analisar essas dificuldades e preconceitos, com o intuito de entender como esses elementos influenciam a reintegração dos ex detentos e, conseqüentemente, a formação de uma sociedade mais inclusiva. Para atingir o objetivo de nossa pesquisa, são encontrados alguns objetivos específicos que direcionam a pesquisa:

- Identificar as barreiras sociais e econômicas que impedem a reintegração de ex-detentos na sociedade. Essas barreiras podem incluir a falta de formação profissional, o estigma social e a discriminação nos processos seletivos. Ao entender esses desafios, será possível construir uma visão mais precisa da situação desses indivíduos no mercado de trabalho.

- Examinar a percepção de empregadores em relação aos ex-presidiários. A forma como os empregadores enxergam esses candidatos influencia diretamente suas decisões de contratação. É crucial examinar mais a fundo as razões desses preconceitos enraizados que resultam nessa exclusão, além de reconhecer possíveis experiências positivas que possam desconstruir essa perspectiva.
- Abordar a atuação de políticas públicas e programas de reintegração social. A Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania (CRSC), da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), promove ações para fomentar a inclusão, atualização e formação da população prisional para a entrada no mercado de trabalho, visando atender também familiares, egressos e pessoas em cumprimento de penas e medidas alternativas.
- Promover um diálogo sobre estigmas e preconceitos ligados à inserção de ex-detentos no mercado de trabalho. Esses objetivos, interligados entre si, proporcionarão uma análise abrangente sobre a inserção de ex-presidiários no mercado de trabalho, contribuindo para uma compreensão mais profunda das dificuldades enfrentadas e propondo caminhos para uma inclusão efetiva. O trabalho espera não apenas elucidar os desafios, mas também instigar reflexões que possam levar a ações concretas em prol da reintegração social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada nesse artigo evidencia o efeito social da exclusão de ex-presidiários no mercado de trabalho. Embora tenha regulamentação legal como a Constituição Federal e a Lei de Execução Penal defenderem a igualdade de oportunidades e a reintegração social, a realidade mostra que muitos desses indivíduos continuam excluídos. A desvalorização social e a falta de políticas públicas inteligentes agravam a dificuldade de retorno à sociedade mantendo ciclos de reincidência.

“Os graves problemas carcerários do Brasil têm levado o poder público e a sociedade a refletir sobre a atual política de execução penal, fazendo emergir o reconhecimento da necessidade de repensar esta política, que, na prática, privilegia o encarceramento maciço, a construção de novos presídios e a criação de mais vagas em detrimento de outras políticas. (ANDRADE, et. Al, 2015)”.

A inclusão de ex-detentos no mercado de trabalho não é simplesmente uma questão de justiça, mas também de responsabilidade social. Quando os dão uma segunda chance, não apenas eles têm oportunidades de se reconstruir, mas a sociedade juntamente se favorece com a redução da criminalidade e, de certa forma, aumentando a economia do país. Atitudes como o programa “Segunda Chance” e ações da APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) demonstram que a reintegração é possível e vantajosa quando existem suporte e acolhimento.

THE INSERTION OF EX-DETENTS INTO THE BRAZILIAN LABOR MARKET:

Difficulties and Prejudices

Abstract: The 1988 Federal Constitution ensures equality for all before the law, but this equality is not fully reflected in the reintegration of ex-convicts into the job market. In 2019, only 18.9% of former inmates had jobs, and 12.6% were studying. Often, a lack of education and prejudice make this reintegration even more difficult. Organizations like APAC (Association for the Protection and Assistance of Convicts) work to promote resocialization and support ex-prisoners, defending their rights to work and education. In São Paulo, many ex-convicts face difficulties finding work, despite their qualifications. As an alternative, many have sought out the Individual Microentrepreneur (MEI) to formalize their own businesses, overcome discrimination and gain financial autonomy.

Key-words: Ex-prisoners. Job market. Prejudice. Entrepreneurship. Convicts. Resocialization. Rights. inclusion.

REFERÊNCIAS

A NOTÍCIA ALAGOAS. **Alagoas: aumento de 59% no número de reeducandos que trabalham em Alagoas revela resultado dos investimentos do governo**, 16 set 2023. Disponível em: <https://anoticiaalagoas.com.br/2023/09/16/alagoas-aumento-de-59-no-numero-de-reeducandos-que-trabalham-em-alagoas-revela-resultado-dos-investimentos-do-governo/>. Acesso em: 25 mar 2025.

ABRACRIM. **Os desafios da ressocialização e da reincidência criminal frente à realidade dos presídios cearenses**, 11 fev 2024. Disponível em: https://web.abracrim.adv.br/os-desafios-da-ressocializacao-e-da-reincidencia-criminal-frente-a-realidade-dos-presidios-cearenses/?utm_source. Acesso em: 25 mar 2025.

AEN PARANÁ. **Programa Mãos Amigas promove ressocialização de presos e traz economia para o Estado**, 20 fev 2024. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Programa-Maos-Amigas-promove-ressocializacao-de-presos-e-traz-economia-para-o-Estado>. Acesso em: 25 mar 2025.

AGÊNCIA BRASIL. **Estudo. 70% da população carcerária no Brasil é negra**. Radioagência Nacional, 19 jul. 2024. BRASÍLIA. Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

AGÊNCIA BRASÍLIA. **Número de reeducandos inseridos no mercado de trabalho triplicou desde 2019**. Agência Brasília, 16 set. 2023. BRASÍLIA. GOVDF

AGÊNCIA PARÁ. **Projeto do Estado promove ressocialização no sistema penitenciário do Pará**, 30 nov 2023. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/51152/projeto-do-estado-promover-ressocializacao-no-sistema-penitenciario-do-para>. Acesso em: 19 mar 2025.

AMABÍLIO. **Agência de emprego para ex-detentos completa 15 anos no RJ: 'Devemos acreditar mais e julgar menos', diz agente**, 2023. RJ. G1.

ARTHUR. **Cerca de 200 apenados da Penitenciária Modulada de Ijuí apostam no trabalho como forma de ressocialização**, 2024. RIO GRANDE DO SUL. Portal Do Estado Do Rio Grande Do Sul.

BRASIL DE FATO. **Governo da Paraíba regulamenta parcerias de incentivo ao trabalho no sistema prisional**, 4 jul 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/07/04/governo-da-paraiba-regulamenta-parcerias-de-incentivo-ao-trabalho-no-sistema-prisional/>. Acesso em: 25 mar 2025.

BRASIL. **Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Lei de Execução Penal.

BRAZILFOUNDATION. **Gerando Falcões-programa recomeçar**. 2019. Disponível em: <https://brazilfoundation.org/project/gerando-falcoes-recomecar/>. Acesso em 13 março 2025.

BUGS, Darlen. **Cerca de 200 apenados da Penitenciária Modulada de Ijuí apostam no trabalho como forma de ressocialização**, 2024. RIO GRANDE DO SUL. Portal Do Estado Do Rio Grande Do Sul.

CARLOS. **Complexo Prisional de Canoas aposta no trabalho para ressocialização de apenados**, 2023. RIO GRANDE DO SUL. Portal Do Estado Do Rio Grande Do Sul.

CARTA CAPITAL. **Falta de política para egressos na Bahia preocupa ativistas**, 05 mar 2024. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/justica/falta-de-politica-para-egressos-na-bahia-preocupa-ativistas/?utm_source. Acesso em: 25 mar 2025.

CBN RECIFE. **Pernambuco registra aumento no número de ex-detentos no mercado de trabalho**, 20 mar 2024. Disponível em: <https://www.cbnrecife.com/artigo/pernambuco-registra-aumento-no-numero-de-ex-detentos-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 25 mar 2025.

CNMP. **Relatório de visita a Roraima**, 15 abr 2021. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Comissoes/CSP/RELAT%C3%93RIOS_DE_VISITAS/RELATORIO_RORAIMA_2021_.pdf. Acesso em: 19 mar 2025.

CORREIO DA AMAZÔNIA. **Estudo aponta que 7,5% de detentos do AM estão no mercado de trabalho**. Correio da Amazônia, 26 abr. 2019. MANAUS. Correio da Amazônia.

COSANPA. **Projeto do Estado promove ressocialização no sistema penitenciário do Pará**, 30 nov 2023. Disponível em: <https://www.cosanpa.pa.gov.br/noticias/projeto-do-estado-promove-ressocializacao-no-sistema-penitenciario-do-para/>. Acesso em: 19 mar 2025.

DEPPEN PARANÁ. **1ª Mostra laboral do sistema prisional do Paraná: trabalho e reintegração social em destaque**, 15 mar 2024. Disponível em: <https://www.deppen.pr.gov.br/Noticia/1a-Mostra-laboral-do-sistema-prisional-do-Parana-trabalho-e-reintegracao-social-em-destaque>. Acesso em: 25 mar 2025.

EXPRESSÃO NOTÍCIAS. **Governo de MT investe em ressocialização e emprega mão de obra de reeducandos em mais de 40 órgãos públicos**. Expressão Notícias, 28 set. 2023. CUIABÁ. Expressão Notícias.

FERREIRA, Alessandro. **Sistema Penitenciário do TO ocupa o 5º e 6º lugares no ranking nacional de presos em atividades educacionais e de trabalho, 2020**. TOCANTINS. GOVTO.

FERREIRA, Lucas da Rocha. **Ressocialização como condição essencial para reintegração do indivíduo na sociedade**. Jusbrasil, 9 jun. 2022. BRASÍLIA. Jusbrasil.

G1 ACRE. **Acre é o estado do país com menor percentual de presos estudando, aponta levantamento**. G1, 26 abr. 2019. BRASÍLIA. Globo Comunicação e Participações S.A.

G1 AMAPÁ. **AP tem 2ª maior taxa do Norte de presos estudando, mas índice é menor que a média nacional**. G1, 26 abr. 2019. MACAPÁ. Globo Comunicação e Participações S.A.

G1 GLOBO. **Com 315,3% acima da capacidade, Roraima tem a maior superlotação carcerária do Brasil**, 19 fev 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/02/19/com-3153percent-acima-da-capacidade-roraima-tem-a-maior-superlotacao-carceraria-do-brasil.ghtml>. Acesso em: 19 mar 2025.

G1. **Apenas 18% dos presidiários da PB conseguem emprego durante pena**, 01 set 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/09/apenas-18>

dos-presidiarios-da-pb-conseguem-emprego-durante-pena.html. Acesso em: 25 mar 2025.

GARCIA, Maria Fernanda. **70% dos presos no Brasil não concluíram o ensino fundamental. Observatório 3º Setor**, 20 dez. 2017. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/70-dos-presos-no-brasil-nao-concluiram-o-ensino-fundamental/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

GASPARIN, Gabriela. **Apesar de leis, ex-presos enfrentam resistência no mercado de trabalho**, 2010. RONDÔNIA. G1.

GOVERNO DA PARAÍBA. Arquivo - **Livro SEAP**, 27 mar 2024. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-administracao-penitenciaria/arquivos/livro-seap.pdf>. Acesso em: 25 mar 2025.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Programas e projetos**, 27 mar 2024. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-administracao-penitenciaria/programas-projetos>. Acesso em: 25 mar 2025.

GOVERNO DE GOIÁS. **Goiás de Resultados: novas estratégias garantem emprego e educação nos presídios**. Secretaria de Estado da Educação de Goiás, 29 jun. 2020.

GOVERNO DE GOIÁS. **Número de detentos trabalhando cresce 79% em Goiás**. Agência Brasil Central, 8 ago. 2023.

GOVERNO DO AMAZONAS. **Parceria entre órgãos estaduais expande programa de ressocialização "Trabalhando a Liberdade"**, 23 fev 2024. Disponível em: <https://www.saude.am.gov.br/parceria-entre-orgaos-estaduais-expande-programa-de-ressocializacao-trabalhando-a-liberdade/>. Acesso em: 19 mar 2025.

GOVERNO DO CEARÁ. **Geração de empregos para internos do sistema prisional cearense é reconhecida nacionalmente pelo selo Resgata**, 18 abr 2024. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2024/04/18/geracao-de-empregos-para-internos-do-sistema-prisional-cearense-e-reconhecida-nacionalmente-pelo-selo-resgata/>. Acesso em: 25 mar 2025.

GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL. **Cerca de 200 apenados da Penitenciária Modulada de Ijuí apostam no trabalho como forma de ressocialização**, 12 jan 2024. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/cerca-de-200-apenados-da-penitenciaria-modulada-de-ijui-apostam-no-trabalho-como-forma-de-ressocializacao>. Acesso em: 25 mar 2025.

HONORATO, A, J; BARBOSA, L; ALVES, M; ANDRADE, N. A. **INSERÇÃO DE EX-PRESIDIÁRIOS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: Dificuldades e Preconceitos**. P,1 p, 30. 2025.

JC NE10. **Cresce número de empresas que contratam reeducandos em Pernambuco, 03 mar 2022**. Disponível em: https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/ronda-jc/2022/03/14959418-cresce-numero-de-empresas-que-contratam-reeducandos-em-pernambuco.html?utm_source. Acesso em: 25 mar 2025.

JORNAL EXTRA DE ALAGOAS. **Em Alagoas, 89% dos detentos trabalham no sistema prisional**. O Jornal Extra, 21 jun. 2024. MACEIÓ. Grupo O AM.

MELLO, Jorginho, ALVES, Carlos. **Com 30% de detentos em atividades laborais, Santa Catarina é referência nacional**, 2024. SANTA CATARINA. GOVSC.

MESQUITA, Wagner, BUENO, Marcelo, MACHADO, Osvaldo. **Programa Mãos Amigas promove a ressocialização de presos e traz economia para o estado**, 2022. PARANÁ. Segurança Pública.

MOREL, Lucia. **Por ajudar na ressocialização de presos, 13 empresas de MS são certificadas**. 2020. MATO GROSSO DO SUL. Campo grande news.

O IMPARCIAL. **Sistema Penitenciário do Maranhão é 1º lugar em educação e trabalho**. O Imparcial, 23 dez. 2021. SÃO LUÍS. O Imparcial.

PENA, Ramiro. **Reeducandos do sistema prisional tem novas oportunidades por meio do trabalho**, 2022. PIUAÍ. PortalAZ.

POLÍCIA PENAL DE GOIÁS. **Goiás apresenta projetos de criação de vagas e ressocialização à Senappen**. Polícia Penal de Goiás, 16 jan. 2023.

PORTAL DE RORAIMA. **Governo lança plano estadual de trabalho e renda para o sistema penitenciário de Roraima**, 15 fev 2024. Disponível em: <https://portal.rr.gov.br/governo-lanca-plano-estadual-de-trabalho-e-renda-para-o-sistema-penitenciario-de-roraima/>. Acesso em: 19 mar 2025.

RÁDIO CAXIAS. **O trabalho de restauração de pessoas privadas de liberdade em Caxias do Sul**, 25 out 2023. Disponível em: <https://www.radiocaxias.com.br/o-trabalho-de-restauracao-de-pessoas-privadas-de-liberdade-em-caxias-do-sul/>. Acesso em: 25 mar 2025.

RANGEL, Taiguara. **Apenas 18% dos presidiários da PB conseguem emprego durante a pena**, 2014. PARAÍBA. G1.

REIS, Josefá. **Cresce número de empresas que contratam reeducandos em Pernambuco**, 2022. PERNAMBUCO. OUL.

REVISTA FT. **As dificuldades do apenado na reinserção no mercado de trabalho, 20 mar 2024**. Disponível em: https://revistaft.com.br/as-dificuldades-do-apanado-na-reinsercao-do-mercado-de-trabalho/?utm_source. Acesso em: 25 mar 2025.

REVISTA PESQUISA. **Quantos ex-detentos voltam a cometer crimes?**, 13 fev 2024. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/quantos-ex-detentos-voltam-a-cometer-crimes/?utm_source. Acesso em: 25 mar 2025.

SEDU-ES. **Empresas que contribuem para ressocialização de detentos e egressos recebem Selo Social**. Vitória, 26 nov. 2019. VITÓRIA. SEDU-ES.

SEJUS-ES. **Abra as portas da sua empresa para o trabalho de um detento**. Vitória, 2024. VITÓRIA. SEJUS-ES.

SEJUSP. **MS é destaque em relação ao número de presos trabalhando, superando em mais de 10% a média nacional, 2019**. MATO GROSSO DO SUL. AGEPEN.

SEJUSP. **Presídios de Minas: aumento de vagas prometido pelo estado é necessário, mas não resolve problema, diz especialista**, 2025. MINAS GERAIS. G1.

SENADO. **Desconfiança e preconceito da sociedade dificultam ressocialização de presos**, 16 mar 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/desconfianca-e-preconceito-da-sociedade-dificultam-ressocializacao-de-presos?utm_source. Acesso em: 25 mar 2025.

SEPLAG-MT. **Governo desenvolve portal para reinserção de reeducandos no mercado de trabalho**. Secretaria de Comunicação do Estado de Mato Grosso, 28 jul. 2023. CUIABÁ. GOVMS

SESP MT. **Governo de MT investe em ressocialização e emprega mão de obra de reeducandos em mais de 40 órgãos públicos. Secretaria de Comunicação do Estado de Mato Grosso**, 28 set. 2023. CUIABÁ. GOVMS

SILVA, Fabiano Atanásio. **Projeto do Estado promove ressocialização no sistema penitenciário do Pará**, 2023. PARÁ. SECOM.

SINAIT. **Ex-detentos ainda têm dificuldades de entrar no mercado de trabalho**, 10 mar 2024. Disponível em: https://www.sinait.org.br/noticia/2454/ex-detentos-ainda-tem-dificuldades-de-entrar-no-mercado-de-trabalho?utm_source. Acesso em: 25 mar 2025.

TCESP. **Em 10 anos, cresce em 87% déficit de vagas em presídios, 2019**. SÃO PAULO. TCESP.

TCESP. **Fiscalização operacional enfrentamento à crise econômica e ao desemprego**. São Paulo, 2021. SÃO PAULO. TCESP.

TJMA. **Programa Começar de Novo**, 27 mar 2024. Disponível em: <https://www.tjma.jus.br/midia/umf/pagina/hotsite/503424/13-programa-comecar-de-novo>. Acesso em: 25 mar 2025.

UNIDADE GESTORA DE PROJETOS ESPECIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (UGPE-AM). **Parceria entre órgãos estaduais expande programa de ressocialização “Trabalhando a Liberdade”**. Manaus, 2024. MANAUS. UGPE-AM